

# A economia solidária no âmbito da sociologia econômica

Grupo de trabalho: 27 – sociologia econômica

Fernando Farias Valentin

Sociólogo. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC

## Resumo:

A economia solidária não tem se configurado como um objeto de estudo privilegiado por parte da Economia. Ao contrário, a maior parte das pesquisas e estudos nessa área estão concentrados no campo da Sociologia. Fazendo a crítica da Economia Política clássica os pais fundadores da Sociologia estabeleceram as bases para a compreensão dos fenômenos econômicos a partir das relações sociais. Com base nessa visão a sociologia econômica emerge em fins do século XIX, ganha corpo nas duas primeiras décadas do século XX, desaparece, e volta a ressurgir em meados dos anos 1980, época na qual a economia solidária eclode. Não dispondo de um referencial epistemológico claro para balizar suas investigações a economia solidária tem se valido do olhar de múltiplas disciplinas para tentar compreender os diversos fenômenos que compõem seu universo. O presente artigo buscar demonstrar que o campo da sociologia econômica possui um arcabouço analítico muito rico e valioso à compreensão dos fenômenos da economia solidária permitindo a expansão do olhar sobre os “fatos sociais” econômicos além das interpretações a luz do modelo da escolha racional.

**Palavras-chave:** sociologia econômica, economia solidária, economia

## Introdução

A economia solidária segundo Laville e Gaiger (2011) é um conceito que vem sendo utilizado em vários continentes com múltiplas acepções que gravitam em torno da idéia da solidariedade, em contraste ao comportamento típico utilitarista e individualista que predomina na sociedade de mercado.

Ela pode ser definida também como uma forma de produção, consumo e distribuição de riquezas centrada na valorização do homem, do ser humano, e não no capital. Quando observada em termos de sua *praxis* ela adquire uma finalidade multidimensional, isto é, envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos e culturais, que extrapolam em muito a dimensão econômica de seu projeto. As experiências da economia solidária se projetam nos espaços sociais e na esfera pública com um forte cunho ideológico, buscando a construção de um mundo mais justo, sustentável e responsável, e em certos casos, almejando até a suplantação do capitalismo.

Como tema ou assunto de pesquisa, em termos epistemológicos, ela sempre esteve intimamente ligada às disciplinas das ciências humanas e sociais. Ao longo dos últimos 10 anos, no caso brasileiro, foram produzidas inúmeras pesquisas e artigos baseados em estudos de caso sobre os mais diversos fenômenos da economia solidária nos campos da: psicologia, do serviço social, da saúde pública, da ciência política, e da sociologia, entre outros. Apesar do crescimento no número de publicações chama atenção o fato de haver poucos estudos referentes a economia solidária na área de Economia. Na realidade, o que se observa, é a forte concentração deles no campo da Sociologia.

É bem verdade que Economia e Sociologia até o século XIX não figuravam como disciplinas separadas. Tanto as escolas clássica e neoclássica econômica, quanto a própria Sociologia daquela época se interessavam pelas instituições sociais. Com a ascensão da teoria do equilíbrio geral no início do século XX a ciência econômica afastou-se das ciências sociais aproximando-se da Física e da Matemática (Dequech, 2011). Apesar da visão amplamente aceita hoje de que a Economia é uma

disciplina científica, ela não é uma ciência natural, como a Física ou Biologia. Para Fernández (2011) na economia, diferentemente das demais ciências sociais, há uma visão claramente dominante nos dias de hoje constituída pela ortodoxia econômica. Essa visão afasta olhares e pontos de vista heterodoxos que não sejam capazes de analisar os fenômenos econômicos a luz da racionalidade, do egoísmo e do equilíbrio.

Partindo dessa constatação o presente artigo procurará discutir as principais contribuições que o campo da Sociologia, em especial o da sociologia econômica, pode trazer à compreensão dos fenômenos da economia solidária. Para tanto, na primeira parte do texto apresentamos o olhar sociológico sobre os fenômenos econômicos na perspectiva dos pais fundadores da Sociologia (Durkheim, Weber e Marx), destacando a visão crítica deles sobre a Economia Política clássica dos séculos XVIII e XIX. Na sequência, buscamos compreender como se deu o surgimento da sociologia econômica em fins do século XIX, e como ela transformou os fatos econômicos em fatos sociais "desnaturalizando" a tradicional visão economicista da sociedade. Na terceira parte do artigo discutimos as implicações da ausência de um referencial epistemológico para a economia solidária e como ela pode valer dos paradigmas clássicos das ciências sociais para interpretar seus fenômenos. Por fim, concluímos que o campo da sociologia econômica pode ser muito expandido com a análise da economia solidária, indo além das interpretações a luz do modelo da escolha racional (economia neoclássica).

### **O olhar sociológico sobre os fenômenos econômicos**

A sociologia pode ser considerada como um produto do século XVIII, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial (Giddens & Sutton, 2010). A sociologia que emerge no início do século XIX marca incontestavelmente um momento da reflexão dos homens sobre si mesmos. Exprime a dimensão de um conhecimento que seja científico, seguindo inicialmente os modelos da natureza, e dando aos homens o controle sobre sua sociedade e sua história (Aron, 1990). Inspirada nos valores da Revolução Francesa, mas se defrontando com um mundo em profundas transformações, aonde o modo de produção capitalista vinha avançando a passos rápidos, cabia a ela tentar encontrar respostas para qual seria a nova conformação das sociedades.

Enquanto o pensamento clássico da Economia evocava os valores morais e éticos para explicar determinados comportamentos econômicos a partir de uma perspectiva individual, Émile Durkheim apontava que os fatos sociais, eram os objetos privilegiados de estudo da Sociologia devendo ser organizados, sistematizados e interpretados como vistas a se compreender o *modus operandi* de uma sociedade. Todo e qualquer fenômeno econômico não poderia ser visto isoladamente, de modo desenraizado das relações sociais. A esse respeito Gilberto Freyre (1962) em sua obra *Sociologia* destaca o trabalho do sociólogo indiano R. Murkerjee que demonstraria que na Índia as chamadas leis econômicas não regulariam o mercado. Ao contrário, este seria dominado por regras psicológicas ou sociológicas advindas de costumes, tabus e valores de cultura.

Na evolução do pensamento sociológico Durkheim foi um dos primeiros sociólogos a criticar duramente a teoria econômica e a apontar o papel das instituições e representações sociais nas relações econômicas, assim como, a mencionar sobre o futuro campo de estudo da sociologia econômica.

(...) A Economia Política foi até agora um estudo híbrido, a meio-termo entre a arte e a ciência; ela se ocupa menos em observar a vida industrial e comercial, tal como ela é e tal como foi, para conhecê-la e determinar suas leis, do que em reconstruí-la tal como ela deva ser. Os economistas não têm senão muito levemente o sentimento do que a realidade econômica se impõe ao observador como as realidades físicas, que ela esteja submetida às mesmas necessidades e que, por conseqüência, seja preciso fazer dela uma ciência do tipo especulativo,

antes de compreender a sua reforma. Além disso, eles estudam os fatos de que tratam como se fossem um todo independente, que se basta e pode explicar por si mesmo. Ora, na realidade, as funções econômicas são funções sociais, solidárias a outras funções coletivas; e elas se tornam inexplicáveis quando as abstraímos violentamente destas últimas. Os salários dos operários não dependem somente das relações entre a oferta e a procura, mas de certas concepções morais; aumenta ou diminui segundo a noção que fazemos do bem-estar mínimo que um ser humano pode desejar, ou seja, em última análise, segundo a idéia que fazemos da pessoa humana (p.44).

Tornando-se parte da Sociologia a ciência econômica seria arrancada do isolamento e penetrada pela ideia do determinismo científico. O objeto da sociologia econômica foi definido por Durkheim como o estudo das: instituições relativas à produção de riquezas, instituições relativas à troca e instituições relativas à distribuição.

A abordagem das relações econômicas em sociedade para Durkheim situava-se na esfera do mercado e, portanto, num contrato. Este, por sua vez, na ótica dos economistas neoclássicos e segundo Durkheim resultaria num tipo de solidariedade precária, superficial e conflituosa, em grande parte devido a não regulamentação da economia. Isto é, em função da total liberdade que gozavam os agentes econômicos em suas relações de mercado.

Nas sociedades baseadas na divisão social do trabalho a verdadeira solidariedade somente emergiria quando o ente econômico se insere num conjunto de regras sociais elaboradas coletivamente. Com vistas a elucidar esse raciocínio Raud- Mattedi (2005) destaca:

“(...) a relação mercantil gera um laço social mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único traço da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais” (p.129).

O avanço do capitalismo e da grande indústria tornou a produção mais flexível e móvel. Não se vinculando mais a um determinado local, como em tempos passados, quebrou os laços com a comunidade. De modo geral Durkheim considerava que a função econômica estava em anomia. Os diversos níveis da economia funcionavam desconexos entre si. A ênfase no indivíduo, em detrimento do coletivo, era vista por Durkheim como um problema de ordem político-prática que muito o preocupava (Queiroz, 2011). Seria necessário um remoralização da economia como já havia ocorrido na Idade Média. No passado as corporações de ofício e os mercados locais, baseados nas relações comunitárias, foram capazes de regular a vida econômica. As mudanças econômicas começaram a ocorrer a partir do século XV quando os ofícios ficaram sob domínio exclusivo dos mestres que passaram a ter o controle do processo produtivo e sobre seus companheiros. A partir desse momento histórico o papel e a importância da economia foram redefinidos no seio da própria sociedade. Com o surgimento da grande indústria as relações econômicas foram se dissociando das comunidades e dos mercados locais.

Os sucessores de Durkheim deixaram um pouco de lado a questão moral como o centro do ordenamento social e o responsável pela harmonia da sociedade, passando a se deter nas motivações das ações econômicas, ou como destacou Weber, “entre a racionalidade e a irracionalidade na vida econômica”. Para o sociólogo alemão a estrutura econômica vigente havia se racionalizado em alto grau graças à generalização da contabilidade. Em períodos antigos o grau de racionalismo econômico era outro. Havia o tradicionalismo que se apegando a valores e costumes herdados do passado os transferia a outras épocas.

No início do século XX a economia se encontrava segundo Weber em um alto grau de autonomia e automatização orientando-se exclusivamente por pontos de vista puramente econômicos. Weber a entende como a ciência da “política econômica nacional”. Ele irá combater a concepção de que a Economia Política deve produzir juízos de valor a partir de uma visão do mundo de caráter

econômico, argumentando que como uma ciência empírica, nunca poderá se dedicar a tarefa de descobrir normas e ideais de caráter imperativo (Cohn, 1991).

Em “Economia e Sociedade” Weber abordará as categorias fundamentais da vida econômica afirmando que os processos e objetos somente adquirem cunho econômico através do sentido que a ação humana lhes confere. A ação social para Weber é sempre dotada de algum tipo de sentido (ação racional referente a fins, racional referente a valores, afetiva e tradicional).

Sua sociologia compreensiva, em outras palavras, ajuda os “sociólogos a compreenderem a ação social do ponto de vista das intenções do *próprio* agente” (Kalberg, 2010, p.36). Weber considerava que a ação social possuía chances de desembocar na cooperação. A ação social comportaria certa regularidade em razão do significado que os homens atribuem a ela no contexto no qual eles evoluem: o fato de controlar seu meio leva a adoção de ações “regulamentadas”, mas não automáticas. (Riutort, 2008, p.41).

A orientação econômica pode realizar-se de forma tradicional ou de forma racional referente a fins. Mesmo com considerável racionalização da ação a influência exercida pela orientação tradicional permanece relativamente importante. A orientação racional determina, em regra, primariamente a ação de direção qualquer que seja a natureza desta. O desenvolvimento da gestão econômica racional a partir da busca puramente instintiva e reativa do alimento ou a partir da utilização de uma técnica tradicional e de relações habituais está condicionada também, em considerável grau, por ações e acontecimento não-econômicos e não-cotidianos e, além disso, pela pressão da necessidade por restrição absoluta ou relativa do espaço de subsistência.

No Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política” de 1859 Marx (1996) deixa claro que a “anatomia de uma sociedade deve ser procurada na Economia Política”. Segundo ele, a soma das relações de produção travadas pelos homens constitui a estrutura econômica da sociedade. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Na visão de Marx a Economia política clássica estava interessada em compreender os nexos causais internos do regime capitalista de produção a luz do pensamento burguês. Ele rejeitava-a vendo nela tão somente a ideologia dos interesses capitalistas.

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto. Ao descobrir, por exemplo, que o trabalho cria valor ela não extrai dessa constatação as conseqüências econômicas e políticas decorrentes desse processo (p.205).

Prisioneira das aparências a Economia Política clássica não era capaz na opinião de Marx de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado. Os clássicos da Economia puderam desenvolver a teoria do valor-trabalho porque pesquisaram a vida social e econômica a partir da produção dos bens materiais, e não pela lógica da distribuição. Por certo período de tempo essa leitura foi interessante ao pensamento burguês. Para Marx, somente a lógica dialética permitiria enxergar em profundidade as contradições entre as sociedades onde rege a produção capitalista e a sociedade mercantil simples. Na sociedade capitalista à medida que o capital se torna dominante ele subsume o trabalhador, aprisiona-o, mercantiliza a força de trabalho e torna o processo produtivo meio de produção de mais-valia e de mais capital. Isso tem conseqüências nas trocas realizadas pela sociedade capitalista, que por sua vez, são feitas não levando em consideração a quantidade do valor despendido para a produção de determinado bem ou serviço, mas sim a quantidade de capital investido na

produção. Dessa forma a economia clássica via o modo de produção capitalista à forma natural de produção social. Porém, para alguns de seus críticos mais ferrenhos como Marx e Engels, da maneira como ela havia sido concebida nos trabalhos de Adam Smith e seus discípulos, obscurecia a verdade básica, de que o capitalismo estava construído sobre a avareza e o egoísmo.

Marx então irá reconstruir esse pensamento buscando resolver alguns problemas que na opinião dele não haviam sido bem esclarecidos pelos clássicos como: a questão do trabalho, do dinheiro e do tesouro dando contornos mais sociológicos a essa nova interpretação. O trabalho por um longo período, na visão puramente econômica se tornou prisioneiro de uma ótica imediatista que o via apenas como produtor de valor. Com Marx o trabalho ganha novas dimensões: forma específica de dominação burguesa, oposição entre trabalho e seu produto e indiferenciação do trabalho do ponto de vista do trabalhador e do capital. Em relação ao dinheiro Marx estabelecerá a indissociação entre dinheiro e mercadoria, não restringindo ao dinheiro um papel meramente servil em relação à mercadoria. E por fim, a questão do “tesouro” representará a hegemonia que o dinheiro passa a exercer no modo de produção capitalista servindo de meio de existência e de veículo para a realização do capital. Essa noção se liga aos conceitos de capital fictício e de dinheiro a crédito, que é a forma especificamente capitalista que o dinheiro assume, e criam as bases para o entendimento do capitalismo moderno.

A sociologia econômica de Marx no final das contas está interessada no entendimento do movimento da sociedade capitalista, e não nos fatos e comportamentos isolados que governam as mentes e os desejos dos homens. Marx gostaria que as relações pessoais permitissem ao indivíduo socializado controlar o seu destino e fazer suas escolhas de vida, mas como as relações econômicas fundamentais entre os homens são marcadas por assimetrias de poder entre os que detêm os meios de produção, e os que são obrigados a vender sua força de trabalho, no final, as condições de produção e sobrevivência escapam da mão dos homens (Belluzo, 2013).

Ter clareza sobre o modo como os homens se inserem nas relações econômicas e compreender que em muitos casos essas relações são definidoras do futuro, das chances e possibilidades dos diversos entes econômicos na sociedade foi a grande contribuição da Sociologia para o debate econômico. Fazendo a crítica da Economia Política tanto em suas concepções morais quanto em sua própria racionalidade, os pais fundadores da Sociologia, mostraram que a vida econômica só adquire sentido pela ação humana. Anos mais tarde essa noção será retomada e aprofundada pelos teóricos da sociologia econômica através da concepção de enraizamento como veremos a seguir.

## **O campo da sociologia econômica**

Na obra *Handbook of Economic Sociology* Smelser e Swedberg (2005) conceituam a Sociologia Econômica como:

(...) *The sociological perspective applied to economic phenomena. A similar but more elaborate version is the application of the frames of reference, variables, and explanatory models of sociology to that complex of activities which is concerned with the production, distribution, exchange, and consumption of scarce goods and services.* (p.3)

A primeira vista essa conceituação pode parecer bastante técnica e até certo ponto fria em relação a toda a complexidade de relações existentes entre a Sociologia e a Economia, no entanto, ela cumpre mais uma função didática, não expressando na totalidade a visão dos autores. No fundo, Smelser e Swedberg compreendem a sociologia econômica como um ramo da Sociologia que se interessa tanto pelos fenômenos econômicos, quanto pela maneira pela qual tais fenômenos influenciam a sociedade.

A sociologia econômica estuda os fatos econômicos entendendo-os como fatos sociais. Ela preconiza aos sociólogos e economistas que estudem esses fatos levando em consideração a dimensão das relações sociais neles contidos, sem deixar de lado a dimensão egoísta que perpassa o

comportamento econômico (Swedberg, 2003). Herdeira do pensamento clássico de Vilfredo Pareto, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel e Karl Marx, e tendo sido batizada pelo economista inglês W. Stanley Jevons em 1879, ela começou a se configurar no período compreendido entre as décadas de 1890 a 1920.

No início da década de 1870, o capitalismo começava a assumir novas feições, tornando-se um sistema econômico dominando por centenas ou milhares de empresas de grande porte nas esferas da indústria, dos transportes, das finanças e do comércio. As relações sociais entre os indivíduos, nesta nova forma do capitalismo, tornaram-se mais hierarquizadas e burocráticas, as sociedades anônimas eram as organizações piramidais típicas e o controle das empresas era exercido de cima por um pequeno grupo de donos ou administradores. Nesse período, a teoria econômica marginalista passou a tornar-se dominante. O marginalismo enfrentou o que havia sobrado da economia clássica inglesa e da abordagem histórica da economia alemã, passando a enfatizar o rigor lógico e matemático nas análises, fazendo com que a visão utilitarista da natureza humana fosse formulada em termos de cálculos matemáticos.

A partir de 1920 a sociologia econômica entrou em declínio em todo o mundo ressurgindo apenas em meados dos anos 1980 rebatizada de NES (New Economic Sociology). Analisando a importância dessa corrente de pensamento, Block (1990) irá destacar que essa abordagem pode ser usada para desafiar a tendência dos economistas em “naturalizar” a Economia, especialmente quando ela é olhada pela ótica dos neoclássicos. A Nova Sociologia Econômica (NSE) fundamenta-se na ideia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas (Vinha, 2001).

Essa concepção é em grande parte devida ao trabalho do antropólogo Karl Polanyi (1980), que em “A grande transformação” mostrou que o comportamento competitivo de maximização de ganhos e benefícios individuais não se aplica a todas as sociedades. Isso o fez questionar a universalidade da teoria econômica.

A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei de mercado na alegada propensão do homem ao seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem “não-civilizado” como irrelevante para se compreender os problemas de nossa era. (...) As diferenças que existem entre povos “civilizados” e “não-civilizados” foram demasiadamente exageradas, principalmente na esfera econômica. (p.64)

Para Polanyi nas economias pré-capitalistas a troca e o escambo nunca foram determinantes da vida social. Ao contrário, o sistema econômico é que se constituiu como produto das interações sociais. Considerar a divisão do trabalho como dependente da existência de mercado e achar que as sociedades pré-capitalistas eram formas rudimentares de sociedade de mercado, segundo Dale (2010) foi considerado por Polanyi um grande erro por parte dos economistas clássicos.

The fallacy consists in the assumption that a complex division of labour implies market exchange, with the riders that humans are by nature market-oriented beings and the economic behavior should be universally modelled as if it were market-oriented individual action. Imbued with such assumptions, liberal economic theorists such as Adam Smith and Herbert Spencer took pre-capitalists societies to be rudimentary forms of market society, when the latter was in fact a singularity. (p.90).

---

O processo econômico é definido pela interação entre o homem e seu ambiente. Para ele a economia humana está enraizada em instituições econômicas e não-econômicas, sendo, portanto, fundamental, entender como esses processos são “instituídos”.

The instituting of economic process vests that process with unity and stability; it produces a structure with a definite function in society; it shifts the place of the process in society, thus adding significance to its history; it centers interest on values, motives and policy. Unity and stability, structure and function, history and policy spell out operationally the content of our assertion that the human economy is an instituted process [...] (Polanyi, 1992, p.35, Apud Vinhas, 2001).

Entre os anos de 1950 a 1960 verificou-se um esforço por parte de Talcott Parsons e Smelser em revitalizar a sociologia econômica mas sem grande sucesso. Somente em 1985 com o trabalho teórico de Mark Granovetter “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness” os interesses retornaram a esse campo e os fenômenos econômicos cruciais passaram a ser analisados com a ajuda da Sociologia (Swedberg, 2004).

Um dos principais fatores explicativos para o ressurgimento dessa área de estudos está correlacionado ao avanço das políticas neoliberais daquele período. Ronald Reagan e Margaret Thatcher encarnaram o antigo espírito econômico liberal, adaptaram-no a nova fase do capitalismo (conquista de mercados globais), e iniciaram o processo de desmantelamento do *Welfare State*. Nos anos 1990 novas frentes surgiram e assuntos como riqueza, capacidade empresarial e o papel do direito na economia tornaram-se o centro das atenções.

No Brasil historicamente a sociologia econômica se interessou pelos temas do trabalho, do desenvolvimento e das elites empresariais. Refletindo sobre o processo de industrialização da nação e buscando respostas para as causas do subdesenvolvimento, ela propiciou um diálogo muito próximo com a Economia, mas sem se submeter a esta. Numa segunda etapa, a sociologia econômica passou a dedicar atenção às relações entre o Estado e o empresariado ressaltando a influência dessa proximidade na formulação das políticas econômicas. A partir de 1980, com a crise econômica e com o avanço das políticas neoliberais, o foco dessa área do campo sociológico recaiu sobre as questões do mundo do trabalho sendo que os principais estudos se concentraram em entender as causas do desemprego em massa, os processos de reestruturação produtiva, os fenômenos de desindustrialização e as consequências da globalização e das privatizações.

Mondadore (2009) salienta que apesar de ter uma produção fecunda e original no Brasil a sociologia econômica ainda é um projeto em construção. A rede de pesquisadores se encontra dispersa e somente em 2004 a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) criou um grupo de trabalho para discutir trabalhos na área (Martes, 2007).

O estudo da economia solidária a luz do ferramental da sociologia econômica pode representar um aporte qualitativo a esse campo especialmente nas investigações relativas aos temas do mercado, do crédito e das finanças. Mesmo que ainda os empreendimentos econômicos solidários gravitem nas franjas do capitalismo e não se constituam em uma das molas propulsoras da economia mundial, nesse momento de mais um crise do capitalismo eles têm sido colocados em evidência e chamado a atenção de muitos governos da Europa e da América Latina pelo potencial de organização dos trabalhadores em torno de novas formas de produção, mais sustentáveis, menos competitivas e baseadas na busca de benefícios coletivos.

## A economia solidária na perspectiva da sociologia econômica

Quando olhamos para os principais estudos sobre a economia solidária realizados nos últimos anos podemos notar que eles se agrupam basicamente em duas temáticas: uma que insere a economia solidária no contexto de uma espécie de filosofia da ação, e que gravita em torno da ideia de uma nova visão de mundo, em particular do mundo econômico; e uma segunda acepção, que faz da economia solidária um objeto de estudo privilegiado das Ciências Sociais (Júnior, 2009).

Como a economia solidária é um campo de estudos recente dentro das Ciências Sociais alguns autores afirmam que ela ainda não dispõe de classificação científica que oriente suas investigações. Como prática e como objeto de conhecimento a economia solidária vai muito além do universo econômico. Permeando temas e assuntos ligados a: laços de solidariedade entre os indivíduos, relações orgânicas no mundo do trabalho, estruturas de poder e dominação no âmago das organizações, esferas do interesse público atinentes a modelos de desenvolvimento econômico, e parâmetros de produtividade para a sustentabilidade e o bem-viver; os estudos e pesquisas da economia solidária se inclinam em termos bastante práticos e empíricos buscando melhor entender os múltiplos fenômenos que se estabelecem entre o campo da Economia e das ciências sociais.

Na tentativa de lançar luz sobre essa problemática Cançado, Oliveira e Filho (2011) sugerem o uso da classificação de Jones (1993) para se tentar interpretar a realidade dos fenômenos da economia solidária a partir dos paradigmas centrais das ciências sociais (paradigma estrutural do Consenso, paradigmas estrutural do Conflito e paradigma Interpretativo). Cada um desses paradigmas possui uma ontologia, uma epistemologia, uma metodologia e um método. Pensando em termos de seus teóricos esses paradigmas se referem respectivamente a: Durkheim, Marx e Weber .

Em linhas gerais o paradigma do Consenso ancora-se no princípio de que a natureza da realidade é objetiva sendo formada por fenômenos em relações causais invariáveis. Seus métodos envolvem a dedução de hipóteses e a verificação empírica. Por essa abordagem o comportamento é o resultado da cultura e a socialização é o processo fundamental dessa abordagem.

No paradigma do Conflito a sociedade é vista como um sistema social economicamente dominado. Forças produtivas e relações de produção constituem a estrutura social. A metodologia mais adequada para a compreensão desses fenômenos é baseada no materialismo histórico que analisa as relações entre os modos de produção e as formas de organização da sociedade em um contexto histórico mais amplo. A base dessa abordagem é a constatação que a origem e persistência da desigualdade na sociedade está assentada numa estrutura de privilégios entre “os que têm, e os que não têm”.

Assumindo que a sociedade é uma construção de seus membros e que a realidade social é formada por ocasiões de interação realizada entre atores envolvidos, o paradigma Interpretativo não busca leis universais. A habilidade que os seres humanos possuem para examinar o que o que está a sua volta e agir de modo diferenciado face às múltiplas circunstâncias de interação, faz com que a sociedade não possa ser pensada como existindo antes dos sujeitos. Ela é o resultado final da interação entre os homens e não a sua causa. As interações criam a sociedade e não a sociedade cria as interações.

Esse é o entendimento da sociologia econômica. Por essa perspectiva os fenômenos econômicos nada mais são do que expressões do modo como os homens se relacionam. Assim, numa economia que se diz solidária as práticas, os costumes, as vivências e os valores é que acabam determinando as peculiaridades de funcionamento desse sistema. A dinâmica econômica não é exterior aos homens, nem pode ser controlada por uma “mão invisível” que no cômputo final deverá prover o bem comum. São as ações dos homens em seu cotidiano (produção, comercialização e troca) que irão conformar o sistema econômico.



Sucintamente falando podemos dizer que a economia solidária é vista na perspectiva da sociologia econômica como o estudo das relações entre os homens em sua dinâmica produtiva. Tratando da ação econômica, segundo Lévesque (2001), a sociologia econômica busca investigar: o ator econômico e seus motivos de ação, a estrutura social da economia, os modos de regulamentação e de legitimação; os efeitos da economia sobre a sociedade, e as interações entre desenvolvimento econômico e mudança social.

A economia solidária, em sua ação prática, reconhece os grandes princípios econômicos da distribuição, da reciprocidade e do mercado, contudo abre novas dimensões sociais produzindo inovações econômicas e sociais que geram normas para os grupos que dela participam. Para França Filho e Laville (2004) os homens, os grupos e a toda sociedade precisam pensar o econômico para além do mercado.

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível [...] admitirmos que, em relação ao conjunto das práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios de interação [...]. É exatamente esse olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral que nos permitirá entender [...] o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.17)

Estando intercalada entre o setor mercantil e o Estado uma importante questão a ser analisada é como a produção de normas pela economia solidária se liga as populações que dela participam e dão sentido as ações dos indivíduos. Organizando a produção coletivamente e propiciando a integração de grupos e indivíduos pelo viés econômico que se apresenta sob a forma de políticas públicas ativas, e em grande parte custeadas pelo Estado, ela acaba se constituindo em um misto de relações entre o Estado e a economia mercantil. Isso confere a ela contornos de fenômeno social cada vez mais forte e enraizado nas várias instâncias da sociedade.

Ao invés de tentar ganhar ares de ciência, e buscar incessantemente resposta para os problemas clássicos da organização econômica (quais bens são produzidos, como esses bens devem ser produzidos, e para quem devem ser produzidos os bens), torna-se a cada dia um objeto privilegiado de estudos das ciências sociais uma vez que recoloca o homem no centro dos fenômenos econômicos, e não os processos produtivos e de acumulação.

## **Considerações finais**

Destacar a sociologia econômica como um campo relevante para a compreensão dos fenômenos da economia solidária não significa atribuir menor importância ao conhecimento gerado por outras disciplinas no que diz respeito ao entendimento das diversas manifestações, problemas e objetos de pesquisa da economia solidária.

Mesmo quando destacamos a sociologia econômica para tal tarefa sabemos claramente que ela não é a única forma de analisar sociologicamente os fenômenos econômicos. A chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), em grande medida, foi um constructo fluido desenvolvido por diversos pesquisadores que nos anos 1980 do século XX concentraram esforços na compreensão das origens sociais dos mercados.

Em termos epistemológicos, a NSE nasceu do descontentamento de parte de alguns jovens sociólogos do pós-guerra com a concepção analítica baseada no estrutural-funcionalismo materializado pela rigidez da análise Parsoniana (MARQUES; PEIXOTO, 2003). Buscando livrar-se das concepções sub e super socializadas da condição humana a sociologia econômica procura compreender os atores sociais não como entes totalmente soltos ao sabor dos relativismos culturais, nem como, decisores estratégicos que a todo o momento buscam maximizar prazer e utilidades. Mas sim, como agentes que

realizam escolhas e tomam decisões fortemente influenciados pelas numerosas relações que travam em seu dia-a-dia dentro contextos sociais e econômicos bem definidos e caracterizados.

No que concerne aos aspectos mais intrínsecos da economia a NSE vê os mecanismos de preços de modo bem mais opaco e como socialmente construídos, afastando-se quase que diametralmente das teorias do equilíbrio. Isso faz com que ela busque investigar o que está por de trás do processo de formação de preços nos mercados, e de que maneira esses mercados são moldados no nível global e local.

Ela também não crê integralmente na racionalidade estrita dos atores sociais e duvida que as decisões sejam sempre tomadas de modo lógico e completo pelos atores sociais. Deixando para traz a mão invisível do mercado, a NSE prefere falar das mãos visíveis dos atores, organizações e instituições que compõem os mercados e se configuram em seus elementos ativos. Dedicando também atenção especial aos processos de formação de redes políticas que unem os vértices estratégicos das empresas e organizações, ela atribui a esses arranjos capacidade de extrair rendimentos e benefícios que são assimetricamente distribuídos na economia em geral devido às posições conflitantes e desvantajosas dos atores nos regimes de competição nos mercados. Por fim, ela esboça uma teoria da ação onde os atores sociais são dotados de racionalidades limitadas que são constantemente reorientadas por razões lógicas e dominantes.

Se lembrarmos que um dos maiores problemas da economia solidária hoje reside nas formas de comercialização, obtenção de crédito e de participação na grande economia capitalista fica fácil perceber a relevância do olhar da sociologia econômica nesse debate. Em seu processo de crescimento e fortalecimento a economia solidária cada vez mais se depara com os clássicos problemas da economia relativos à circulação, a precificação e a conquista de mercados. Talvez a sociologia econômica possa ajudar a garantir à economia solidária não apenas a manutenção de um pensamento que continue dando ênfase aos benefícios coletivos em detrimento dos individuais, no âmbito do processo econômico, mas que também a livre das armadilhas escondidas nos mercados materializadas pela lógica perversa das finanças, do crédito e da produção.

### **Referências bibliográficas**

Aron, R. (1990). *Etapas do pensamento sociológico*. Brasília: Martins Fontes / Unb.

Belluzzo, L. G. (2013). *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp.

Block, F. (1990). *Postindustrial possibilities: a critique of economic discourse*. Berkeley: University of California Press.

Cançado, A. C.; Oliveira, A. de; Filho, M. P. (2011). Economia Solidária: uma representação por meio de três paradigmas das Ciências Sociais. In: Benini, Edi et al (Orgs.) *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões.

Catanni, A. D. (2009) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.

Cohn, G. (1991). Max Weber. *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática.

Dale, G. (2010). *Karl Polanyi: The limits of the market*. Cambridge: Polity Press.

Dequech, D. (2011). Instituições e a relação entre economia e sociologia. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 41(3), 599-619.

- Durkheim, É. (1988). *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 9ª edição.
- Fernández, R. (2011). A metodologia como argumento a favor de uma economia pluralista. In: Neto, D.(Coord.) *O estado da arte em economia*. São Paulo: Saraiva.
- França F. G.; Laville, J. L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRJ.
- Freire, G. (1962). *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Giddens, A.; Sutton, P.W. (2010). *Sociology: introductory readings*. Cambridge: Polity Press.
- Jones, P. (1993). *Studying society: sociological theories and research practices*. London: Colins Educational.
- Júnior, G. (2009). Problematizando a economia solidária. In: Mondadore, A. et al. *Sociologia econômica e das finanças*. São Carlos: Edufscar.
- Kalberg, S. (2010). *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lévesque, B.; Bourgues, G.; Forgues, E. (2001). *La nouvelle sociologie économique*. Bruxelles: Desclée de Brouwer.
- Marques, R.; PEIXOTO, J. (2003). A nova sociologia econômica: uma antologia. Oieras: Celta Editora, 2003.
- Martes, A. C. B. et al (2007). *Fórum Sociologia Econômica*. ERA, vol, 47, n.2, Abr./Jun.
- Marx, K. (1996). Contribuição à Crítica da Economia Política. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (1996). O Capital, volume 1, livro 1. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Mondadore, A. P. et al (2009). *Sociologia econômica e das finanças*. São Carlos: Edusfcar.
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Queiroz, J.B. (2011). *A concepção durkheimiana de regulação moral da economia*. In: Dilemas, vol.4, nº1, jan/fev/Marc 2011, PP.141-159. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas11Art6.pdf>. Acesso em: 08 Mar. 2013.
- Raud-Mattedi, C. (2005). A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: Análise do Papel das Instituições na Sociologia Econômica Clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, no. 57, (p. 127- 142).
- Riutort, P. (2008). *Compêndio de sociologia*. São Paulo: Paulus.
- Samuelson, P. A.; Nordhaus, W. D. (1993). *Economia*. Portugal: McGraw-Hill.
- Smelser, N. J. & Swedberg, R. (2005). *Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.

Swedberg, R. (2004). *Sociologia econômica: hoje e amanhã*. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v.16, n.2.

Swedberg, R.(2003). *Principles of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.

Vinha, V. (2001). *Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social*. Econômica, v.3, n.2, dez., p.207-230.

Weber, M. (1991). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Weber, M. (2006). *História geral da economia*. São Paulo: Centauro.

\* \* \*